

ANO 1
2012

Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Associativo
Gerência de Estudos Econômicos

IFGF

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

ANO BASE 2010

09 maio 2012

Motivação

Carga Tributária: R\$ 1,2 trilhão ou 33,6% de tudo o que o País produziu em 2010.

Municípios administram R\$ 300 bi (25%), o que supera o orçamento do setor público da Argentina e Chile juntos ou o PIB de 40 países somados. Além disso, são os principais provedores de serviços públicos nas áreas de saúde e educação, e executores dos investimentos tipicamente de urbanização.

Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro **Tema 2 – Gestão Pública Eficiente**

Objetivo: Transparência e Eficiência na utilização dos Recursos Públicos

Ação 5: Acesso às Informações da Execução Orçamentária

Ação 6: Transparência dos Orçamentos Estadual e Municipais

Ação 7: Monitoramento dos Investimentos Públicos

Motivação

*“Em federações, os problemas de política fiscal precisam ser analisados não apenas do ponto de vista de adequação entre o montante previsto de gastos e o volume de recursos disponíveis, mas também quanto à **repercussão dos diferentes componentes da receita e da despesa sobre a estabilidade econômica, a distribuição da renda e a promoção do crescimento econômico.**”*

Rezende (2001)

“As informações fiscais devem ser apresentadas de uma forma que facilite a análise de política econômica e promova a responsabilização. (...) Deve-se assumir o compromisso de divulgar as informações fiscais tempestivamente.”

Manual de Transparência Fiscal do FMI (2007)

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

Objetivos:

- **Avaliar a gestão fiscal dos municípios.**
- Fornecer uma **ferramenta de controle social dos orçamentos públicos** (*accountability* democrática).
- Municpiar de indicadores os gestores municipais, permitindo **aperfeiçoamento** das decisões quanto à **alocação dos recursos públicos**.
- Estimular a cultura da **responsabilidade administrativa** e da **gestão pública eficiente**.

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

Características principais:

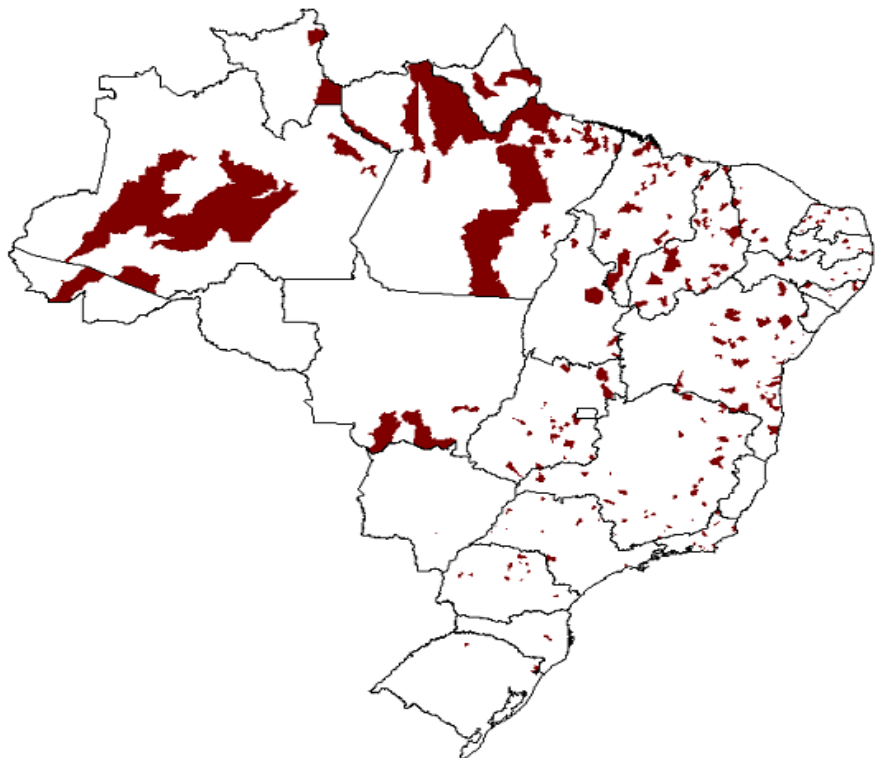
- ✓ Periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional;
- ✓ Acompanhamento permanente da gestão fiscal (série desde 2006);
- ✓ Elaborado exclusivamente com dados oficiais.

➤ Base de Dados:

- O FINBRA é a principal fonte de dados sobre as administrações públicas municipais e estaduais;
- **Dados declarados pelos próprios municípios** e consolidados pela Secretaria do Tesouro Nacional (Art. 51 da LRF);
- Principais usos:
 - Sistema de Contas Nacionais do IBGE;
 - Cômputo do Resultado Nominal do Governo pela STN ;
 - Estimação da carga tributária pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

- ✓ O IFGF abrange 5.266 municípios, onde vivem 96% da População Brasileira.
- ✓ **297 municípios não entregaram seus dados fiscais até o dia 20 de setembro de 2011 ou não apresentaram informações consistentes.**



- 43 Bahia
- 34 Pará
- 33 Minas Gerais
- 29 Piauí
- 23 Maranhão
- 22 Goiás
- 113 de 19 outros estados

Metodologia

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

Reflete a restrição orçamentária das prefeituras brasileiras

Origens das Despesas Públicas

- Despesas Correntes Primárias (pessoal, custeio da máquina)
- Encargos da Dívida Pública (juros e amortizações)
- Investimentos (máquinas, equipamentos, construções)

Fontes de Financiamento das Despesas Públicas (Receitas)

- Receitas Correntes (tributos e transferências governamentais)
- Endividamento (de curto e longo prazos)
- Postergação de Despesas (restos a pagar)

Metodologia

Restrição orçamentária dos municípios

- Como para qualquer agente econômico, no longo prazo:

$$\textit{Receitas} = \textit{Despesas}$$

- Fontes de financiamento** disponíveis aos municípios: Receita Corrente (**RC**), endividamento (**ΔDIV**) e o artifício da postergação de despesas, contabilizado por meio dos Restos a Pagar (**RAP**):

$$\textit{Receitas} = \textit{RC} + \Delta \textit{DIV} + \textit{RAP}$$

- Pelo lado das **despesas**: Despesas Correntes Primárias (**DC**) (gastos com pessoal e custeio), encargos da dívida pública (**Amortização e Juros**) e Investimentos Públicos (**I**).

$$\textit{Despesas} = \textit{DC} + (\textit{Amort} + \textit{J}) + \textit{I}$$

- Substituindo na RO, obtemos:

$$\textit{RC} + \Delta \textit{DIV} + \textit{RAP} = \textit{DC} + (\textit{Amort} + \textit{J}) + \textit{I}$$

Metodologia

Restrição orçamentária dos municípios

- Dado que, de um forma geral, os municípios brasileiros não utilizam o endividamento de longo prazo como forma de financiamento, podemos reescrever a equação anterior:

$$RC + \cancel{\Delta DIV} + RAP = DC + (Amort + J) + I$$

$$RC - DC - (Amort + J) + RAP = I$$

Capacidade de investimentos (I) do município depende da relação entre seu potencial de arrecadação (RC) e seus gastos rígidos ($DC + Amort + J$), e do comprometimento com despesas de exercícios anteriores (RAP).

Metodologia

O que mede ?

$$RC - DC - (Amort + J) + RAP = I$$

IFGF

Receita Própria

Capacidade de arrecadação

Gastos com Pessoal

Grau de rigidez do orçamento

Custo da Dívida

Custo da dívida de longo prazo

Liquidez

Utilização do artifício dos restos a pagar sem cobertura

Investimentos

Capacidade de fazer investimentos

Metodologia

Como mede?

$$RC - DC - (Amort + J) + RAP = I$$

IFGF

Receita Própria	Gastos com Pessoal	Juros e Amortizações	Restos a Pagar	Investimentos
<u>Rec Corrente Líquida</u>	<u>Rec Corrente Líquida</u>	<u>Rec Líquida Real</u>	<u>Ativo Financeiro</u>	<u>Rec Corrente Líquida</u>
22,5%	22,5%	10,0%	22,5%	22,5%

Leitura



O IFGF varia entre 0 e 1
quanto maior, melhor é a gestão fiscal do município

Classificações:

- entre 0,8 e 1,0 > **conceito A** (Gestão de Excelência)
- entre 0,6 e 0,8 > **conceito B** (Boa Gestão)
- entre 0,4 e 0,6 > **conceito C** (Gestão em Dificuldade)
- entre 0,0 e 0,4 > **conceito D** (Gestão Crítica)

Índice FIRJAN de Gestão Fiscal

Objetivo e Metodologia

Principais Resultados

 **Brasil**

 Evolução

 RJ e SP

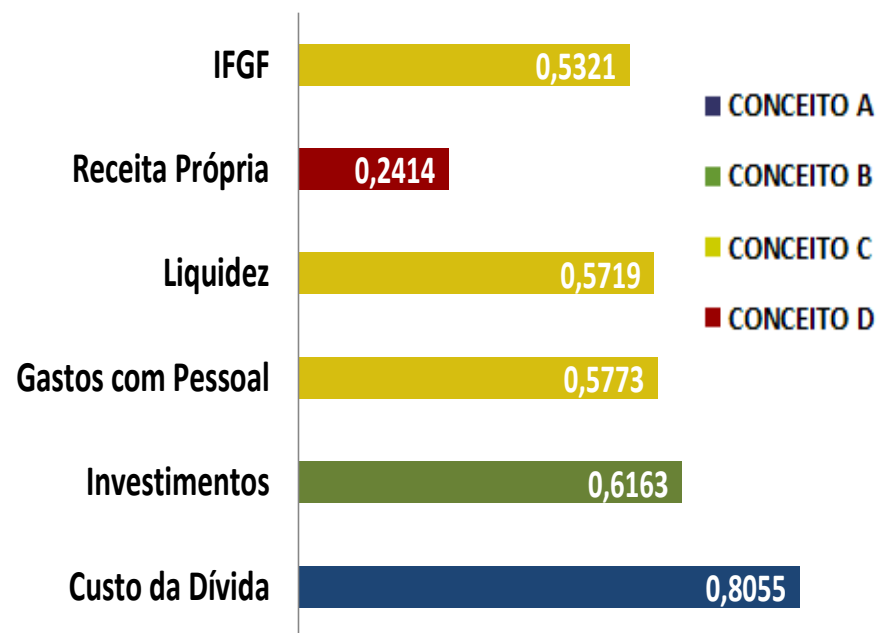
IFGF Brasil 2010 (Média dos municípios)

IFGF 2010 = 0,5321 pontos

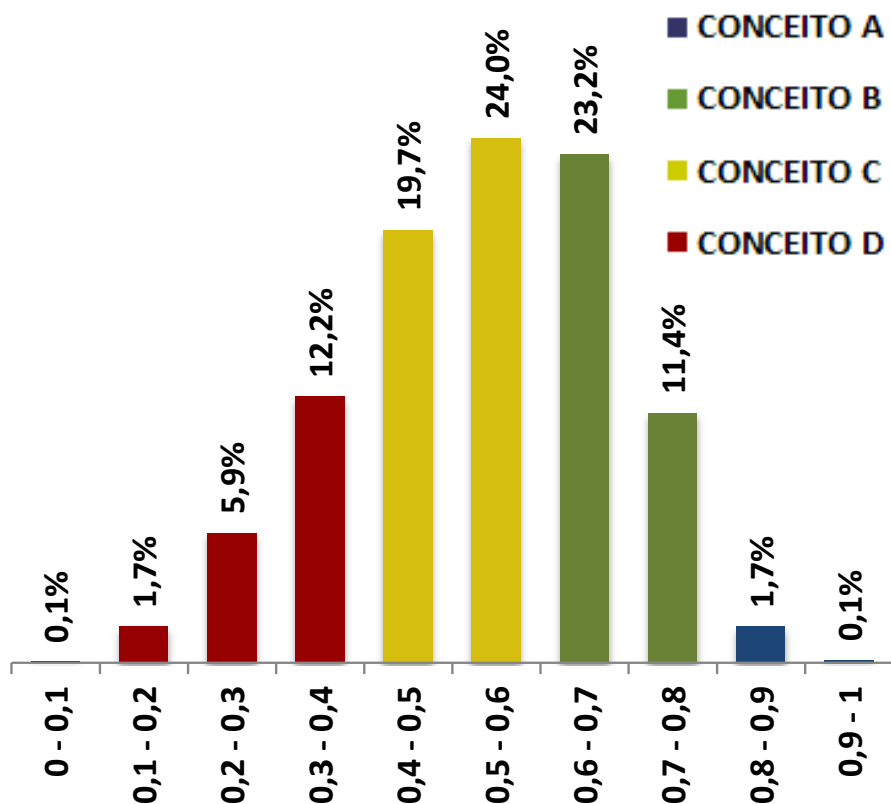
Municípios brasileiros com dificuldade na gestão fiscal.

- ✓ Receita Própria: **elevada dependência de transferências.**
- ✓ **Gastos com Pessoal e Restos a Pagar:** muitos municípios em **situação difícil**, principalmente no Nordeste.
- ✓ Forte crescimento econômico sustentou **bom nível de Investimentos** em 2010 .
- ✓ **Custo da dívida** é entrave **apenas para grandes municípios.**

IFGF Brasil



IFGF 2010 – Panorama Geral



Excelência na gestão fiscal é restrita a 95 (2%) municípios brasileiros.

A grande maioria dos municípios (64%) encontra-se em situação fiscal difícil (C) ou crítica (D).

Variação IFGF 2010 X 2006

**Brasil pouco avançou na gestão das contas municipais:
IFGF cresceu apenas 1,9%**

- ✓ **IFGF Pessoal recuou 15,2%;**
- ✓ **Dívida se manteve restrita aos municípios maiores:** indicador acima de 0,8 pontos;
- ✓ **Crescimento dos investimentos e da arrecadação própria (ISS, IPTU, ITBI) devido ao crescimento econômico:** 9,5% e 6,9%, respectivamente.
- ✓ **Melhor administração dos restos a pagar:** IFGF Liquidez cresceu 16,3%;

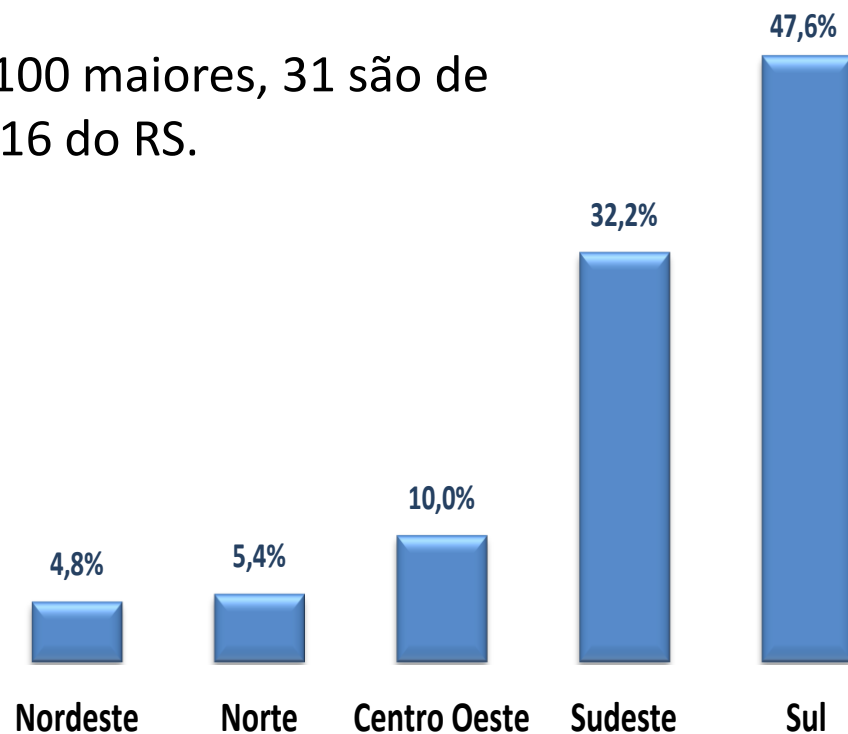
	2006	2010	Var (%)
IFGF	0,5221	0,5321	1,9%
Gastos com Pessoal	0,6811	0,5773	-15,2%
Custo da dívida	0,8080	0,8055	-0,3%
Receita Própria	0,2257	0,2414	6,9%
Investimentos	0,5627	0,6163	9,5%
Liquidez	0,4919	0,5719	16,3%

500 Maiores IFGF's

Com baixos gastos com pessoal e elevados investimentos, municípios do Sul apresentam a melhor gestão fiscal do País

- ⇒ 138 Rio Grande do Sul
- ⇒ 102 São Paulo
- ⇒ 69 Santa Catarina
- ⇒ 34 Minas Gerais
- ⇒ 31 Paraná
- ⇒ 23 Mato Grosso
- ⇒ 19 Tocantins
- ⇒ 16 Goiás
- ⇒ 14 Rio de Janeiro
- ⇒ 54 em 13 demais estados
- ⇒ 0 Acre, Amapá, Roraima e Sergipe

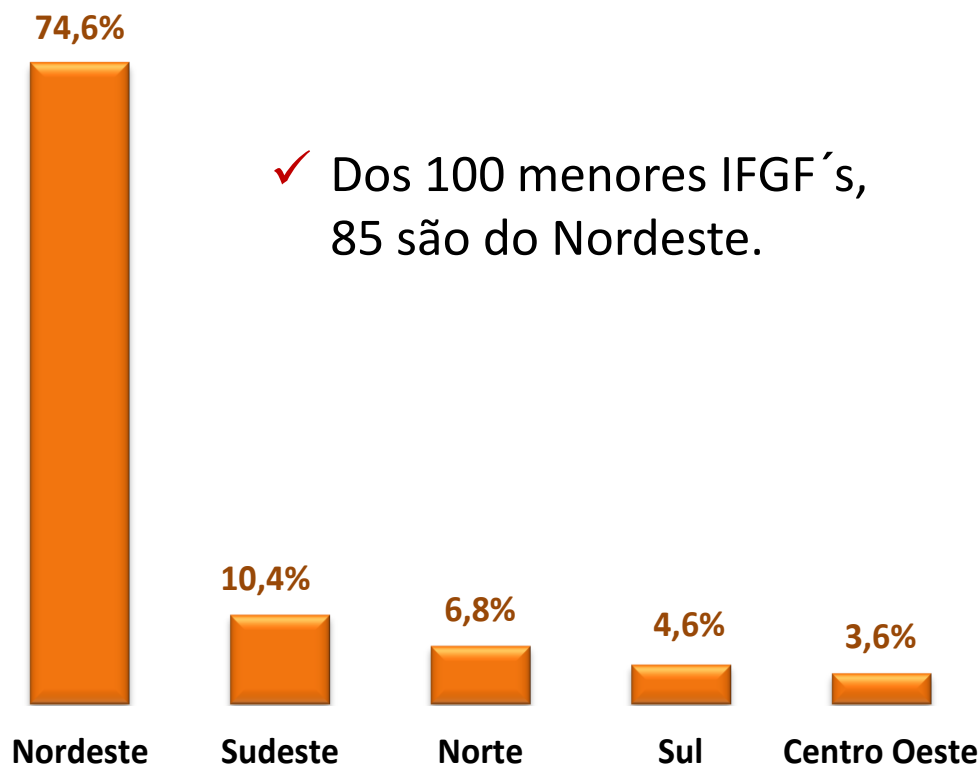
✓ Dos 100 maiores, 31 são de SP e 16 do RS.



500 Menores IFGF's

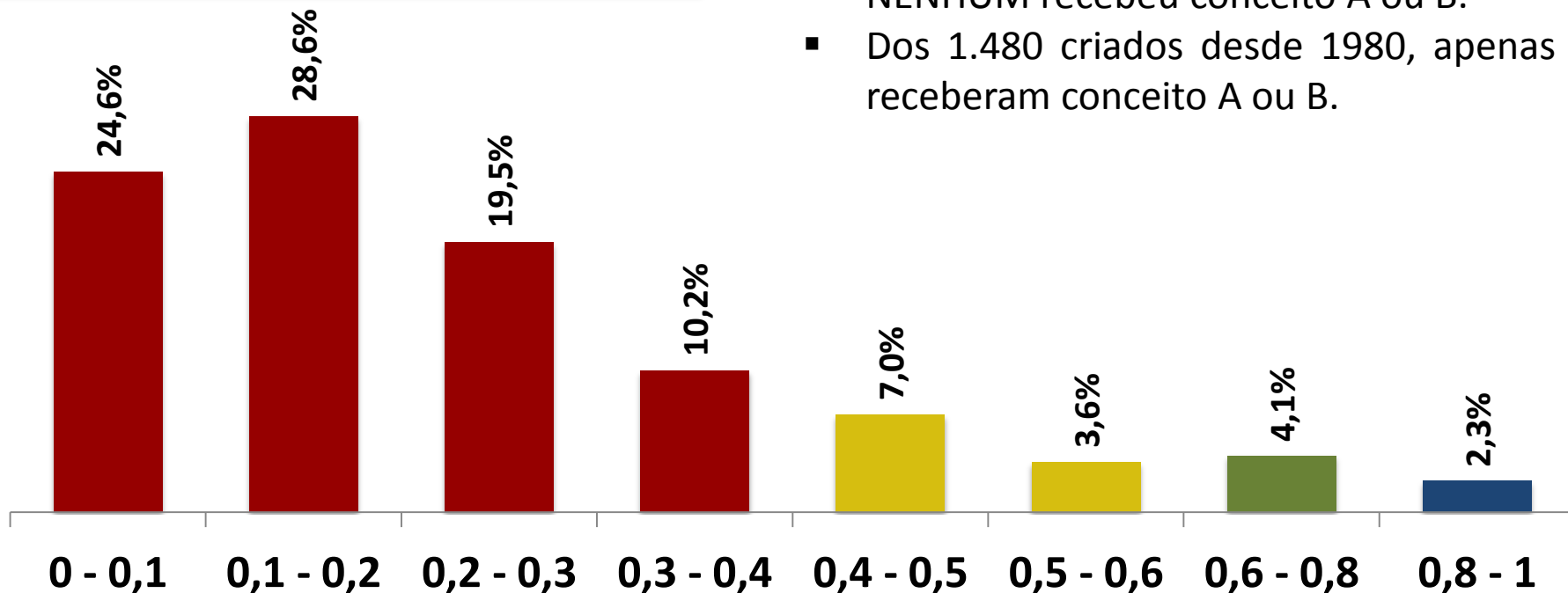
Com maiores gastos com pessoal, municípios do Nordeste tem a pior gestão fiscal

- ⇒ 92 Paraíba
- ⇒ 82 Bahia
- ⇒ 60 Pernambuco
- ⇒ 42 Piauí
- ⇒ 36 Minas Gerais
- ⇒ 34 Rio Grande do Norte
- ⇒ 21 Pará
- ⇒ 20 Alagoas
- ⇒ 113 distribuídos em 17 outros estados



IFGF Receita Própria

83% dos municípios não geram 20% das receitas (conceito D).



✓ 60% das 331 cidades com A ou B são pequenas: tamanho do município não é determinante para geração de receitas.

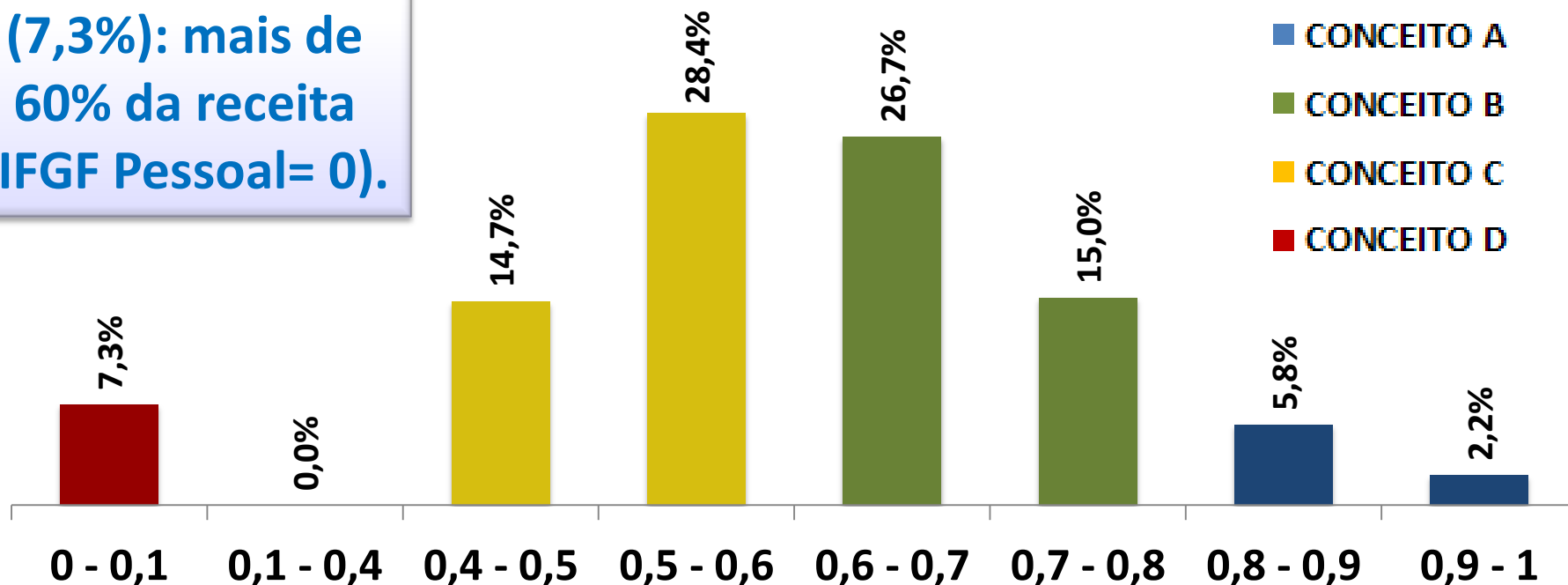
✓ Novos municípios:

- Dos 54 municípios criados a partir de 2001, NENHUM recebeu conceito A ou B.
- Dos 1.480 criados desde 1980, apenas 28 receberam conceito A ou B.

IFGF Gastos com Pessoal

- ✓ Quadro equilibrado: 50% com A ou B e 50% com C e D.
- ✓ Grande maioria (72%) dos gastos superiores ao limite (D) são do Nordeste.
 - Na Paraíba e em Pernambuco mais de 35% com D.
- ✓ Na região Sul, apenas 5 municípios com D.

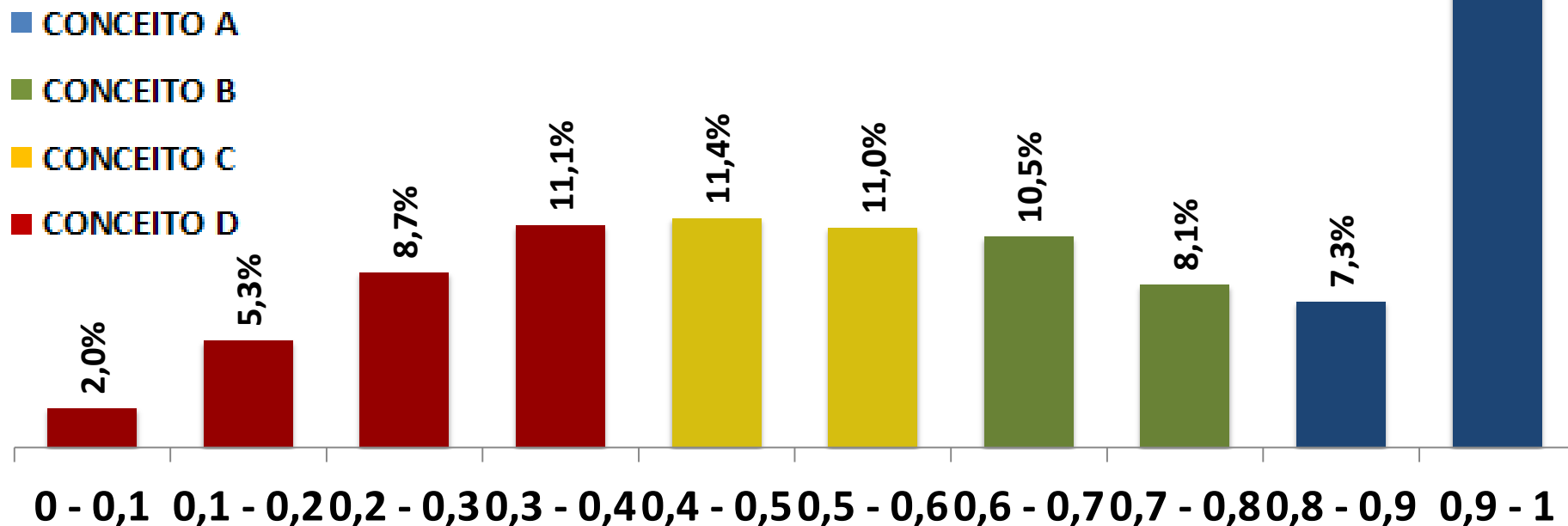
**384 municípios
(7,3%): mais de
60% da receita
(IFGF Pessoal= 0).**



IFGF Investimentos

- ✓ Municípios com A e B investiram 3x mais do que C e D.
- ✓ Entre as regiões, a Sul é a que mais investe (45% com A). Em contraste, 21% do Nordeste obteve A.
- ✓ Três capitais com nota máxima: Boa Vista, Vitória e Porto Velho; 4 com D: Aracaju, Natal, Cuiabá e Curitiba.

**1.686 (32%)
investiram mais de
16% das receitas
(Conceito A).**



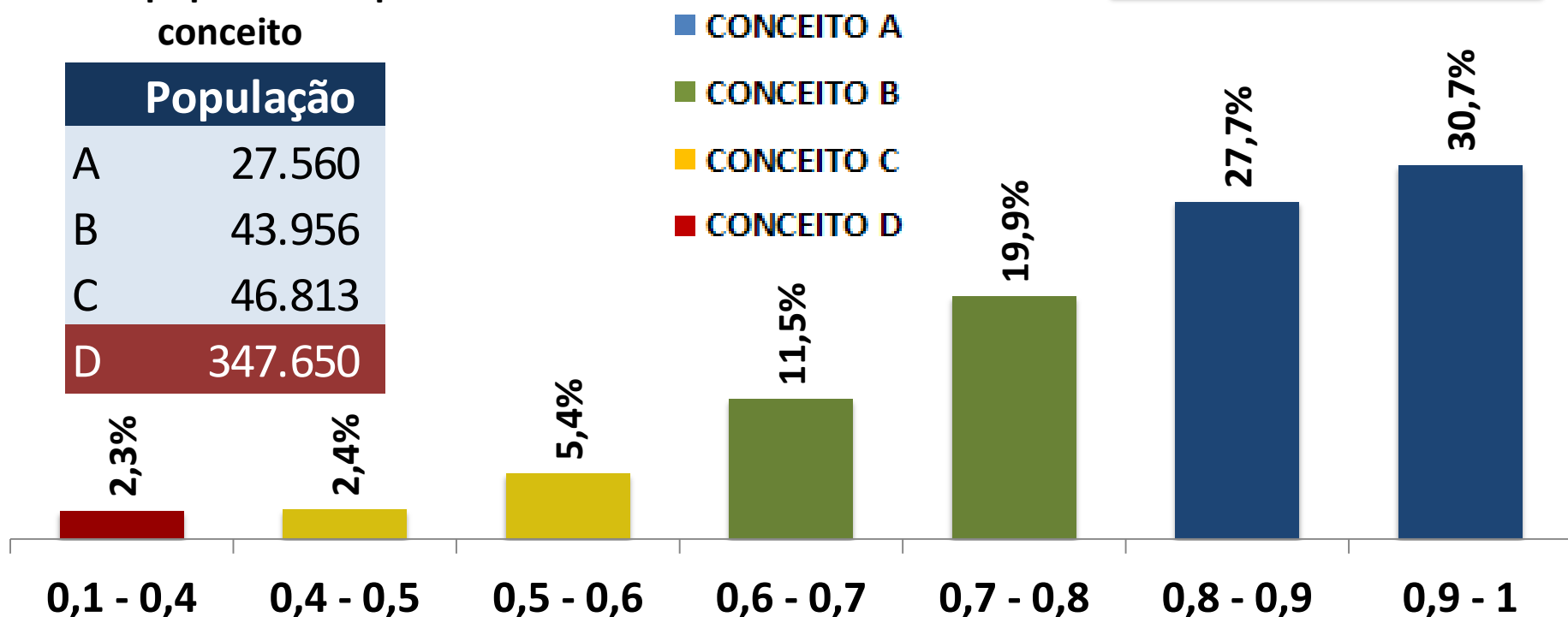
IFGF Custo da Dívida

- ✓ Maiores gastos com dívida estão concentrados em cidades grandes
- ✓ De fato, pequenos e médios municípios não têm acesso ao crédito

Dívida não é problema para grande maioria dos municípios: 58% com A.

Média populacional por conceito

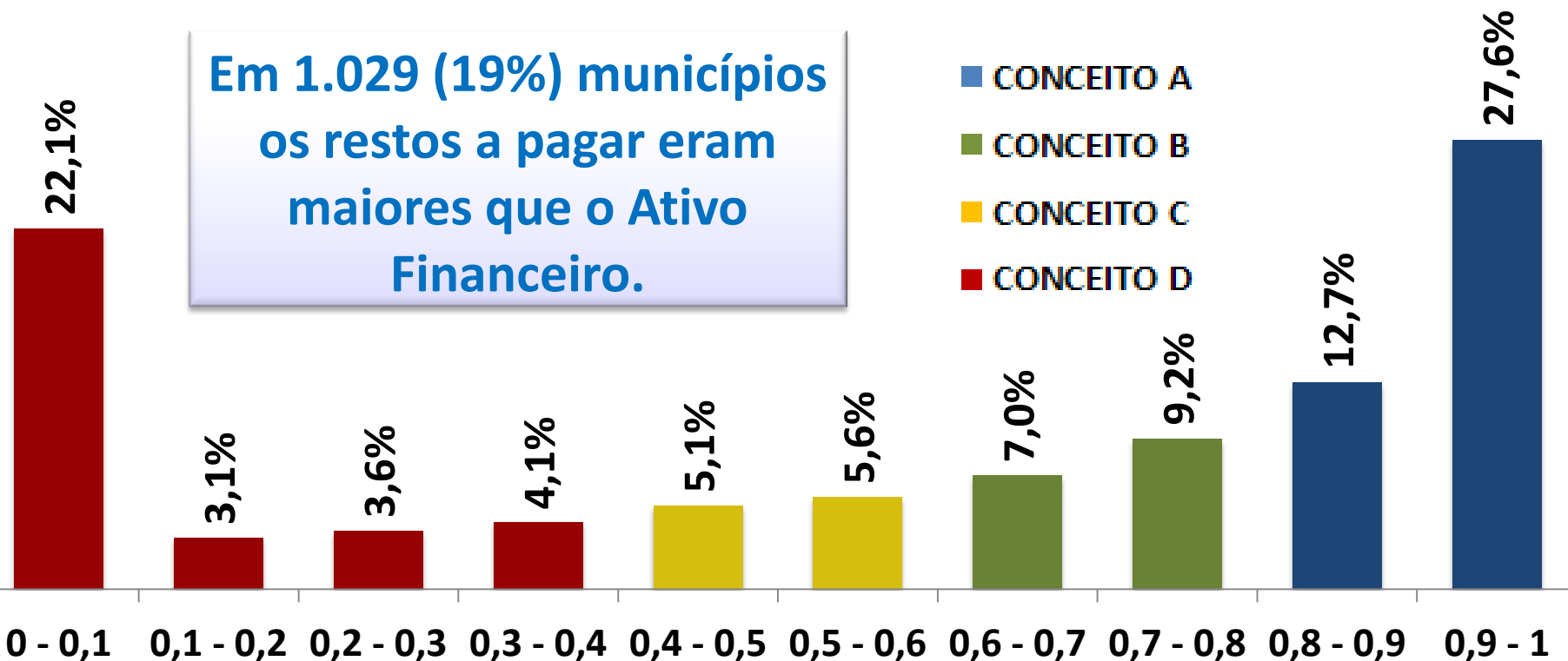
População	
A	27.560
B	43.956
C	46.813
D	347.650



IFGF Liquidez

- ✓ Metade dos municípios com Liquidez = 0 é do Nordeste. Duas capitais: Salvador e Cuiabá.
- ✓ Apesar do uso disseminado de restos a pagar, a maioria (56% com A ou B) deixou recursos em caixa suficientes para cobrir as despesas postergadas.

Em 1.029 (19%) municípios os restos a pagar eram maiores que o Ativo Financeiro.



ANO 1
2012

Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Associativo
Gerência de Estudos Econômicos

IFGF

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

ANO BASE 2010

09 maio 2012